

Escola de Administração de Empresas de São Paulo

Fundação Getúlio Vargas

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – CNPq

**Internacionalização, Democracia e Gasto Social na América Latina:
o Caso Brasileiro; 1980 – 1998**

Relatório Final

Fernando Maiolini Mesquita

1. Introdução ao Problema da Pesquisa

A globalização dos mercados de bens, capitais, serviços e informações é um fenômeno sem precedentes na história; ela foi capaz ao mesmo tempo de favorecer alguns grupos com possibilidade de ascensão social, bem como de criar novas formas de desigualdade e insegurança para outros. No caso do Brasil, mudanças profundas têm sido experimentadas nas últimas duas décadas: diversas reformas de cunho político e econômico vêm sendo feitas com o objetivo de inserir o país na nova ordem econômica mundial.

A abertura econômica, todavia, gera uma pressão considerável sobre as empresas no sentido de se reduzir os custos de produção para que aumentem sua competitividade, fazendo com que indivíduos que possuem conhecimentos associados com os setores competitivos internacionais tendam a levar vantagem em relação àqueles que não os possuem.

Nesse sentido, questões sobre como o Estado promove o bem estar dos cidadãos no

sistema econômico internacional contemporâneo ganham relevância. Este trabalho se dedica a investigar os impactos da abertura econômica e da internacionalização nos gastos sociais e no bem estar social, e é composto de três partes além da introdução: inicialmente se fará uma discussão acerca da evolução do gasto social no Brasil; em seguida se procurará colocar

algumas evidências empíricas sobre a abertura dos mercados de bens e financeiro; e, por fim, serão explicitadas as conclusões.

1. Introdução ao Problema da Pesquisa

A globalização dos mercados de bens, capitais, serviços e informações é um fenômeno sem precedentes na história; ela foi capaz ao mesmo tempo de favorecer alguns grupos com possibilidade de ascensão social, bem como de criar novas formas de desigualdade e insegurança para outros. No caso do Brasil, mudanças profundas têm sido experimentadas nas últimas duas décadas: diversas reformas de cunho político e econômico vêm sendo feitas com o objetivo de inserir o país na nova ordem econômica mundial.

A abertura econômica, todavia, gera uma pressão considerável sobre as empresas no sentido de se reduzir os custos de produção para que aumentem sua competitividade, fazendo com que indivíduos que possuem conhecimentos associados com os setores competitivos internacionais tendam a levar vantagem em relação àqueles que não os possuem.

Nesse sentido, questões sobre como o Estado promove o bem estar dos cidadãos no sistema econômico internacional contemporâneo ganham relevância. Este trabalho se dedica a investigar os impactos da abertura econômica e da internacionalização nos gastos sociais e no bem estar social, e é composto de três partes além da introdução: inicialmente se fará uma discussão acerca da evolução do gasto social no Brasil; em seguida se procurará colocar algumas evidências empíricas sobre a abertura dos mercados de bens e financeiro; e, por fim, serão explicitadas as conclusões.

2. Evolução do Gasto Social no Brasil

As teorias que foram formuladas para explicar o surgimento e o desenvolvimento do Welfare State nos países industrializados da América do Norte e da Europa Ocidental podem ser bastante úteis para o entendimento do caso brasileiro, desde que se façam alguns ajustes tais como a inclusão do setor externo como elemento explicativo. Isso se dá na medida em que essas teorias fornecem um mapa de variáveis relevantes que pode ser utilizado para estabelecer contrastes entre o Brasil e os países desenvolvidos.

Souza (2001) afirma que nos países industrializados o Welfare State cumpriu, freqüentemente, um papel importante de regulação da oferta e da demanda agregada; ou seja, nesses países, o estado de bem estar social se colocou como um elemento que visava adequar os níveis de oferta e demanda, através de políticas de orientação keynesiana. Isso se deu principalmente porque nesses países a geração da demanda dá-se em grande parte pelo aumento da capacidade de consumo das famílias e pelos gastos sociais do governo. É importante, contudo, ressaltar que no que diz respeito ao caso brasileiro não há evidências de que o principal papel do Welfare State tenha se dado nesse sentido, mas sim que tenha se colocado como um instrumento de legitimação da ordem política e social e de fornecimento de mão-de-obra assalariada à indústria.

Ainda segundo o autor, o caráter redistributivo do Welfare State brasileiro foi comprometido principalmente devido a três fatores: primeiro, pela elevada segmentação da sociedade resultante de um modelo de desenvolvimento concentrador; segundo, pela ausência de coalizões entre trabalhadores industriais e não industriais; e terceiro, por uma burocracia com baixos níveis de autonomia em relação ao governo. Pelo fato de as políticas sociais terem sido estruturadas com base em princípios de autofinanciamento e distribuídas por

critérios particularistas, o que se observa é que o universo de beneficiários é restrito e os gastos sociais são muitas vezes regressivos.

Oliveira (1999) argumenta que na década de 80 a economia nacional passou por inúmeros processos de ajustamento em busca da estabilização, num contexto de profunda crise fiscal; sendo assim, o gasto social sofreu os efeitos nocivos provocados pela contração da atividade econômica, pela queda da arrecadação e pelos objetivos de restauração das contas públicas. De fato, o gasto social durante os anos 80 só se expandiu nos períodos em que predominaram interesses políticos, em um contexto de disputas eleitorais (1982 e 1985) ou em que prevaleceu a imprudência no tocante à gestão dos recursos públicos. Nessa década, inclusive, apesar das limitações orçamentárias existentes para o financiamento do gasto social, a ausência de medidas efetivas voltadas para o aumento de sua eficiência e equidade foi a marca registrada do período.

Com a promulgação da Constituição de 1988 se passou a descentralizar as receitas tributárias em favor dos estados e municípios (em detrimento da União) e a ampliar consideravelmente os direitos sociais sem definição adequada de suas fontes de financiamento. Com isso, o governo federal, procurando compensar suas perdas de recursos, deflagrou um processo desordenado de transferência de alguns desses encargos para as unidades subnacionais, ao mesmo tempo em que passou a explorar, com maior ênfase, figuras tributárias não partilhadas com estados e municípios, com prejuízos para a estrutura de impostos no país.

Na década de 90, inicialmente sob o comando do governo Collor e, posteriormente, com o lançamento do Plano Real, a questão da estabilização tornou-se prioritária, com a necessidade de promover um ajuste fiscal duradouro condicionando a evolução dos gastos

sociais, até porque estes passaram também a sofrer a influência de outros fatores determinados pelo avanço do processo de descentralização, pelas tendências demográficas do país e pelo processo de reestruturação produtiva, no mundo como um todo.

Durante a administração Collor, os gastos sociais reduziram-se sensivelmente, como parte integrante da estratégia implementada para a realização de um ajuste fiscal, visando viabilizar o processo de estabilização. Assim, pode-se dizer que não houve maiores esforços para aumentar sua eficiência e equidade e adequar a ação governamental nessa área às novas demandas das políticas sociais. Na prática, a redução dos recursos destinados para a cobertura dessas demandas, principalmente por parte do governo federal, continuou avançando de forma descoordenada no processo de descentralização de encargos para as esferas subnacionais, sobrecarregando suas finanças e modificando gradativamente a equação da responsabilidade pelo financiamento e execução do gasto entre as unidades da Federação, com prejuízos no desempenho.

No período da vigência do Plano Real, apesar dos esforços realizados para o estabelecimento de uma âncora fiscal para dar sustentação ao programa de estabilização, o gasto social consolidado para os três níveis de governo superou os níveis alcançados no final da década de 80. Simultaneamente, ganharam força iniciativas voltadas tanto para o melhor ordenamento do processo de descentralização dos encargos entre as esferas governamentais, reforçando a sua tendência de especialização em determinadas áreas, quanto providências mais consistentes que passaram a ser adotadas para o aumento de sua eficiência e equidade. Nesse processo, enquanto estados e municípios têm visto crescentemente aumentar sua responsabilidade no atendimento das demandas das áreas Educação, Saúde, Alimentação e Nutrição, embora contando com importante contribuição do União no seu financiamento, o governo federal, em resposta aos novos requerimentos e demandas das políticas sociais, tem

concentrado seus esforços na cobertura dos crescentes gastos previdenciários, no atendimento das novas exigências colocadas pelo mercado de trabalho, em termos de programas de qualificação e treinamento da mão-de-obra e na oferta de serviços para a população de baixa renda (assistência médica e sanitária, saneamento básico e assistência social) e também à população infanto-juvenil (ensino fundamental, merenda escolar e educação para crianças de zero a seis anos), visando obter maior equidade em sua incidência.

Essa perspectiva adotada em relação aos gastos sociais, que indica mudança de prioridades e de ênfase na sua cobertura, associadas à natureza dos riscos sociais, é que define, de forma mais clara, as fronteiras com respeito ao papel reservado ao governo federal nesse atendimento e aquele que deve ser crescentemente assumido por estados e municípios. Ocorre, contudo, que os dados disponíveis se restringem ao governo central; ou seja, não se tem aqui dados relativos aos governos municipal e estadual, de modo que este trabalho tem sua extensão limitada por esse fator.

3. A Internacionalização

É fundamental que se perceba também que o período de aproximadamente vinte anos que este trabalho procura analisar foi marcado por um aumento da abertura das economias domésticas em relação à economia mundial. Esse fenômeno econômico, contudo, não poderia ter ocorrido caso não houvessem se dado também mudanças no âmbito da política (fato é que ambas as ciências estão fortemente atreladas). Dessa forma é de se esperar que os governos nacionais de maneira geral reajam às novas circunstâncias através de medidas na suas respectivas políticas econômicas.

Isso significa dizer que pelo fato de os governos terem de se adaptar a uma nova ordem mundial, ou seja, a um mundo cada vez mais globalizado, é crescente a dificuldade de se analisar a política de um determinado país sem levar em conta as ligações existentes entre ele e os demais; ou seja, posto que a internacionalização dos mercados de bens, serviços, mercados e capitais é uma realidade, torna-se cada vez mais difícil examinar um determinado país sem levar em consideração as suas relações com a economia mundial.

Note-se que o conceito de internacionalização deve ser entendido como o processo decorrente de uma redução exógena dos custos das transações que se dão entre determinados países, de forma que se possa medir empiricamente um aumento no fluxo de bens, serviços e capitais, por meio da verificação de um crescimento dos fluxos econômicos internacionais em relação aos domésticos. Cabe aqui ressaltar ainda que por “exógena” deve-se entender algo que independe de fatores internos e, portanto, se coloca igualmente para todos os países.

Passa, portanto a ser importante analisar se os governos agem, frente aos desafios impostos pela globalização com políticas mais voltadas a cortar custos (a chamada abordagem da “eficiência”) ou a proteger o bem estar social (a abordagem da “compensação”).

A abordagem da eficiência diz respeito a atuar no sentido de uma redução nos impostos e em gastos sociais que provocam uma diminuição do lucro, e conseqüentemente num desestímulo aos investimentos, ameaçando o crescimento econômico e a competitividade internacional. Em outras palavras, essa abordagem dá como alternativa ao governo o corte de gastos.

A perspectiva de compensação por sua vez, reconhece as limitações impostas pela integração econômica à política social, ainda que dê mais importância às exigências da população em relação à proteção pelo Estado. Ela ainda sinaliza para o fato de que o

descontentamento político gerado pela internacionalização pode, em última análise, pôr em risco o modelo de abertura econômica, bem como as carreiras de altos funcionários e burocratas. O cerne da tese da compensação é que o governo procura fortalecer os mecanismos de segurança social e de proteger os cidadãos de eventuais imprevistos que venham a aparecer na economia mundial.

O gasto social de um determinado governo pode fornecer indícios da extensão de seu compromisso com os cidadãos; as variações nos gastos, por sua vez, podem dar indícios de seu peso relativamente às prioridades de competitividade.

Para que se possa avaliar a evolução dos efeitos da internacionalização sobre o gasto social do governo, é preciso que se faça uma análise tanto quantitativa como qualitativa:

A análise quantitativa é importante para dimensionar o investimento do Estado e fazer uma comparação com outros países. A análise qualitativa, entretanto, também se apresenta como fundamental principalmente pela seguinte razão: a simples comparação de dados quantitativos não permite que se estabeleçam conclusões definitivas. Isso se dá pois quantias similares de recursos podem financiar programas de naturezas absolutamente distintas, e que, portanto, possuem diferentes objetivos e diferentes graus de profundidade. Pode ocorrer, por exemplo, uma situação em que o governo de determinado país invista na construção de um hospital em uma região densamente povoada onde não havia nenhum hospital, quantidade semelhante de recursos à investida pelo país vizinho na construção de um hospital numa região isolada dos habitantes por uma cordilheira. Sem dúvida o benefício real para a população será muito diferente.

Obviamente, há inúmeros fatores que ora levam a decisões de acordo com a teoria da eficiência, ora levam a decisões de acordo com o modelo da compensação. Diversos fatores

existentes no Brasil, todavia, interferem no modo pelo qual o governo responde à globalização diferentemente do padrão adotado principalmente pelos países do oeste europeu. Pode-se citar, a título de ilustração, o fato de que os sindicatos latino-americanos são, comparativamente com os europeus, muito pouco influentes e que existe uma “insuficiência”, por assim dizer, de partidos social-democratas. Isso significa que dois dos principais instrumentos a que a população poderia recorrer para pressionar o governo no sentido de minimizar os cortes orçamentários não estão disponíveis na América Latina. Assim, não se pode partir do pressuposto de que aquilo que é válido na Europa também o será na América Latina ou no Brasil.

Apesar disso, cabe aqui ressaltar que resultados de pesquisas anteriores realizadas por Kaufman e Segura (2001), indicaram que a abertura comercial, ou seja, a abertura relativa ao comércio de bens, tem um impacto fortemente negativo, ao passo que a abertura financeira tem correlação positiva no que diz respeito a recursos destinados ao gasto social. Já Avelino, Brown e Hunter (2001) argumentam que a democracia também seria positivamente correlacionada com o gasto social. Sendo assim, fica evidente que a globalização não deve ser analisada sob uma óptica maniqueísta em que se procura determinar se ela é benéfica ou maléfica, mas sim, perceber que se trata de um fenômeno que apresenta ao menos duas lógicas distintas.

Como já foi colocado anteriormente, com a internacionalização passa a existir uma tendência de que os mercados domésticos e internacionais convirjam para um ponto comum em que se tenham preços de bens, serviços e capitais semelhantes nas mais diversas localidades. Isso se deve principalmente a três fatores:

- houve uma redução do controle do governo sobre os mercados de bens e de capitais;
- houve um aumento significativo no comércio e do investimento internacional;
- por fim, houve avanços tecnológicos que permitem que se façam transações cada vez mais rápidas e baratas.

De fato, o que se percebe é que a redução de custos em áreas como transporte, comunicações, crédito, seguros etc é condição necessária para que se viabilize o processo de internacionalização.

É importante, contudo, ressaltar mais uma vez que um dos pressupostos aqui assumidos é de que o fenômeno da globalização é exógeno e, portanto, não pode ser controlado pelos países por ela afetados. Essa é uma característica fundamental, na medida em que dita aos respectivos governos necessidades que anteriormente não eram relevantes. Com essa nova imposição da internacionalização, passa a ser desejável, por exemplo, que se adotem medidas de proteção da indústria nacional; isso poderia ser feito através subsídios, de barreiras alfandegárias e fito-sanitárias.

4. Análise Empírica

A análise empírica tem por objetivo verificar quão precisas são as teorias que procuram explicar a realidade; ou seja, ela tem como uma de suas funções avaliar se as teorias existentes são suficientes ou não para analisar a realidade.

Uma vez que o número de variáveis é muito grande, resolvemos aqui eleger algumas delas para falar de maneira um pouco mais aprofundada; são elas:

- Comércio: é a porcentagem do PIB dada pela soma entre as importações e as exportações. O que se nota é que se verificou uma correlação negativa desta variável com o gasto social, o que significa dizer que quanto mais as importações e as exportações interferem no PIB, menor é o gasto do governo;
- Exportações: assim como no caso do Comércio, os dados sugerem, de maneira mais expressiva, que as exportações se correlacionam de maneira negativa com os gastos sociais;
- Importações: mantendo a coerência com os dados anteriores, as importações mostraram correlação positiva expressiva em relação aos gastos do governo;
- Concentração das exportações: é a porcentagem das exportações que é representada pelos dez principais produtos exportados por um país. Assim, se o índice é, digamos, 30% tem-se que esse é o peso relativo das dez produtos mais exportados;
- Abertura financeira (índice de Morley); Avelino, Brown e Hunter (2001) colocam que este índice é a média dos quatro componentes que refletem o controle do investimento estrangeiro: limites de repatriação de lucros, controle de repatriação de juros recebidos, controle nacional de tomadores de empréstimos e saídas de capital;
- Investimento direto estrangeiro;

- Democracia: Avelino, Brown e Hunter (2001) argumentam que a medida de democracia concebe a democratização como um processo distinto e mede seus efeitos utilizando-se de uma variável para regime político; assim, a variável foi derivada dos dados POLITY IV de Gurr's, da qual foi subtraído o índice AUTOC de seu DEMOC, produzindo uma medida mais contínua que varia de -10 (regime mais autoritário) a +10 (regime mais democrático).

Assim, a partir dos dados que se encontram no Anexo I, puderam ser feitas as seguintes correlações entre as variáveis selecionadas:

	Gasto Social per capita	Gasto social em relação ao PIB	Gasto social total
Comércio	-0,12	-0,26	-0,06
Exportações	-0,49	-0,53	-0,52
Importações	0,35	0,21	0,46
Concentração das Exportações	-0,49	-0,53	-0,52
Abertura Financeira	-0,22	-0,08	0,04
Investimentos diretos estrangeiros	0,27	0,23	0,09
Democracia	0,64	0,50	0,26

Como já foi dito anteriormente, foram eleitas apenas algumas das variáveis disponíveis para que se analisasse de maneira mais detida; contudo, caso haja interesse, todas as correlações que foram calculadas se encontram no Anexo II.

O que se procura aqui, portanto, é se colocar algumas hipótese que visam a explicar a tendência apresentada pelas correlações; ou seja, se os cálculos efetuados não permitem que se chegue a uma conclusão definitiva, indubitavelmente sugerem uma tendência, a qual indica um caminho provável a ser seguido. Isso posto, pode-se agora proceder à análise propriamente dita.

Como já foi colocado anteriormente, Kaufman e Segura (2001), indicaram que a abertura comercial, ou seja, a abertura relativa ao comércio de bens, tem um impacto fortemente negativo, ao passo que a abertura financeira tem correlação positiva no que diz respeito a recursos destinados ao gasto social. Já a democracia, argumentam Avelino, Hunter e Brown (2001), também seria positivamente correlacionada com o gasto social.

Como se pode notar, os resultados estão de acordo com os de Kaufman e Segura (2001). Ocorre, contudo, que estes resultados parecem contraditórios; afinal, a lógica sugere que quanto mais concentradas forem as exportações de um país, mais este país estará vulnerável a choques externos, pois certamente aumentos de preço ou reduções da demanda resultariam numa perda expressiva e, desse modo, mais resistentes teriam de ser as “redes de segurança” dos governos. O mesmo pode ser dito a respeito das importações e das exportações: parece improvável que um país que tenha elevados níveis de importação possa se dar ao luxo de reduzir seus gastos sociais, afinal, no caso de haver um choque externo, pode haver uma crise de abastecimento.

Quanto aos dados relativos à Abertura Financeira e Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE), os dados indicam que existe uma fraca correlação negativa entre a abertura financeira e o gasto social, e uma não tão fraca e positiva correlação entre o último e os IDEs. Tal constatação é bastante surpreendente, já que tanto Kaufman e Segura (2001) quanto Quinn

(1997) afirmam que em seus estudos encontraram uma forte correlação positiva entre essas variáveis. Isso sugere que a lógica existente no Brasil não se aplica nos demais países e, portanto, mais estudos serão necessários.

No que tange à democracia, análise dos dados revela que a democracia e o gasto social têm uma forte correlação entre si; de fato, isso não parece surpreender: a lógica indica que um país que seja democrático tenderá a eleger representantes que efetivamente atuem de acordo com os interesses da maioria da população, já que é provável que as pessoas desejem bons serviços públicos. Além disso, poder-se-ia argumentar que numa sociedade autoritária não haveria espaço para reivindicações populares, sindicais etc, de modo que o governo não teria de investir recursos à área social.

5. Conclusão

Este trabalho seguiu desde o seu início, o cronograma proposto em seu projeto:

Agosto de 2002	Setembro de 2002	Outubro de 2002	Novembro de 2002
Leitura de material para dar embasamento teórico à pesquisa			

Dezembro de 2002	Janeiro de 2003
Coleta de dados sobre o Brasil	

Fevereiro de 2003	Março de 2003	Abril de 2003
Análise dos dados coletados		

Maio de 2003	Junho de 2003	Julho de 2003
Elaboração do Relatório Final		

Assim, durante os quatro primeiros meses de trabalho, o que se fez foi ler material necessário para dar embasamento teórico à pesquisa; nos dois meses seguintes foram coletados os dados a respeito de Brasil; em seguida começou a ser feita a análise dos dados e a elaboração deste relatório.

Com efeito, o que se pôde concluir em linhas gerais, foi que de fato a abertura dos mercados de bens e serviços causa uma redução expressiva nos gastos do governo, ao passo que a abertura dos mercados financeiros parece atuar em sentido oposto; a democracia por sua vez se mostrou bastante positivamente correlacionada com o gasto social no período analisado.

Ocorre contudo que, como já foi dito, este é um trabalho preliminar e como tal não teve por objetivo dar respostas conclusivas às questões colocadas inicialmente; isso porque se trata de um tema de alta complexidade e que requer que se façam outros estudos tanto de caráter quantitativo quanto de caráter qualitativo para que se encontrem resultados mais apurados. Isso é denotado, inclusive, pelas discrepâncias encontradas entre este e outros trabalhos sobre o assunto.

7. Anexo I

Nesta seção se colocam à disposição do leitor os dados que serviram de base para a realização dos cálculos do Anexo II.

Ano	Gasto Social per capita	Gasto per capita com educação	Gasto per capita com saúde	Gasto em seguridade social per capita	Gasto em habitação	Outros gastos per capita	Gasto social em relação ao PIB	Gasto em educação em relação ao PIB	Gasto em saúde em relação ao PIB	Gasto em seg. social em relação ao PIB	Gasto em habitação em relação ao PIB	Gasto total em relação ao PIB
1980	185,90	16,30	43,50	102,20	23,20	0,70	9,10	0,80	2,10	5,00	1,10	0,10
1981	195,90	20,50	43,80	112,30	18,50	0,80	10,20	1,10	2,30	5,90	1,00	-0,10
1982	195,50	19,80	42,70	113,80	18,50	0,70	10,40	1,00	2,30	6,00	1,00	0,10
1983	177,60	17,40	36,30	107,70	16,30	-0,10	10,00	1,00	2,00	6,00	0,90	0,10
1984	159,60	17,00	36,90	95,70	9,40	0,60	8,70	0,90	2,00	5,20	0,50	0,10
1985	170,00	20,20	42,80	97,60	8,50	0,90	8,70	1,00	2,20	5,00	0,40	0,10
1986	180,40	23,30	44,20	104,30	7,20	1,40	8,70	1,10	2,10	5,00	0,40	0,10
1987	199,40	28,50	65,00	95,80	8,20	1,90	9,50	1,40	3,10	4,60	0,40	0,00
1988	218,80	34,40	64,20	103,00	15,20	2,00	10,70	1,70	3,10	5,00	0,70	0,20
1989	232,20	31,80	67,10	120,80	5,30	7,20	11,20	1,50	3,20	5,80	0,30	0,40
1990	508,00	64,00	126,00	264,00	12,00	42,00	11,80	1,50	2,90	6,10	0,30	1,00
1991	444,00	46,00	105,00	244,00	20,00	29,00	10,10	1,10	2,40	5,60	0,50	0,50
1992	392,00	35,00	77,00	239,00	16,00	25,00	9,80	0,90	1,90	6,00	0,40	0,60
1993	517,00	52,00	102,00	335,00	11,00	17,00	12,50	1,30	2,50	8,10	0,30	0,30
1994	515,00	63,00	92,00	329,00	11,00	20,00	12,00	1,50	2,10	7,70	0,30	0,40
1995	542,00	50,00	97,00	360,00	8,00	27,00	12,30	1,10	2,20	8,10	0,20	0,70
1996	526,00	42,00	78,00	367,00	12,00	27,00	11,70	0,90	1,70	8,20	0,30	0,60
1997	606,00	43,00	100,00	400,00	31,00	32,00	11,90	0,80	2,00	7,90	0,60	0,60

Ano	Gasto social total	Gasto total com educação	Gasto total com saúde	Gasto total com seguridade social	Gasto total com habitação	Total de outros gastos	Abertura financeira	Trade sobre PIB	Democracia	Desemprego	Exportações	Importações	Concentração das exportações	Investimentos Diretos Estrangeiros
1980	44,40	3,90	10,40	24,40	5,50	0,20	0,46	20,36	2,00	2,80	9,05	11,31	46,20	0,81
1981	48,50	5,10	10,80	27,80	4,60	0,20	0,46	19,22	2,00	4,30	9,42	9,80	41,70	0,96
1982	49,50	5,00	10,80	28,80	4,70	0,20	0,46	15,88	2,00	3,90	7,61	8,27	47,60	1,03
1983	43,00	4,20	8,80	26,10	3,70	0,20	0,41	20,43	2,00	4,90	11,42	9,01	40,80	0,77
1984	36,80	3,90	8,50	22,10	2,20	0,10	0,41	21,47	2,00	0,00	13,55	7,92	40,60	0,76
1985	33,30	3,90	8,40	19,10	1,70	0,20	0,42	19,34	7,00	3,40	12,25	7,10	43,60	0,60
1986	31,40	4,10	7,70	18,10	1,30	0,20	0,43	15,17	7,00	2,40	8,82	6,35	38,90	0,12
1987	38,80	5,50	12,60	18,60	1,60	0,50	0,44	15,65	7,00	3,60	9,46	6,19	40,40	0,42
1988	33,30	5,20	9,80	15,70	2,30	0,30	0,45	16,58	8,00	3,80	10,89	5,69	38,30	0,90
1989	51,30	7,00	14,80	26,70	1,20	1,60	0,46	13,24	8,00	3,00	8,22	5,03	39,30	0,28
1990	46,40	5,90	11,50	24,10	1,10	3,80	0,46	15,16	8,00	3,70	8,20	6,96	38,10	0,21
1991	55,60	5,80	13,10	30,50	2,50	3,70	0,48	16,59	8,00	0,00	8,68	7,91	37,10	0,27
1992	43,20	3,90	8,50	26,40	1,70	2,70	0,50	19,25	8,00	6,50	10,87	8,39	32,80	0,53
1993	63,50	6,40	12,50	41,20	1,30	2,10	0,53	19,60	8,00	6,20	10,50	9,10	32,50	0,29
1994	60,20	7,40	10,80	38,50	1,30	2,20	0,60	18,67	8,00	0,00	9,51	9,16	33,10	0,56
1995	61,90	5,70	11,00	41,10	0,90	3,20	0,64	17,21	8,00	0,00	7,72	9,49	33,80	0,69
1996	60,20	4,80	8,90	42,00	1,40	3,10	0,00	16,30	8,00	6,90	7,12	9,18	33,50	1,45
1997	48,30	3,40	8,00	31,90	2,40	2,60	0,00	17,74	8,00	0,00	7,56	10,19	35,30	2,40

9. Anexo II

Nesta seção, se colocam à disposição do leitor os cálculos efetuados com os dados apresentados no Anexo I e que serviram de base para as análises.

Tabela 1: Correlação entre as variáveis

	Gasto Social per capita	Gasto per capita com educação	Gasto com saúde per capita	Gasto em seguridade social per capita	Gasto em habitação per capita	Outros gastos per capita
Gasto Social per capita	1,00	0,88	0,90	0,98	0,20	0,92
Gasto per capita com educação	0,88	1,00	0,94	0,81	-0,08	0,85
Gasto com saúde per capita	0,90	0,94	1,00	0,81	0,08	0,92
Gasto em seguridade social per capita	0,98	0,81	0,81	1,00	0,19	0,86
Gasto em habitação per capita	0,20	-0,08	0,08	0,19	1,00	0,18
Outros gastos per capita	0,92	0,85	0,92	0,86	0,18	1,00

Tabela 2: Correlação entre as variáveis

	Gasto social em relação ao PIB	Gasto em educação em relação ao PIB	Gasto em saúde em relação ao PIB	Gasto em seg. social em relação ao PIB	Gasto em habitação em relação ao PIB	Gasto total em relação ao PIB
Gasto social em relação ao PIB	1,00	0,35	0,13	0,86	-0,38	0,65
Gasto em educação em relação ao PIB	0,35	1,00	0,82	-0,10	-0,34	0,10
Gasto em saúde em relação ao PIB	0,13	0,82	1,00	-0,37	-0,14	-0,02
Gasto em seg. social em relação ao PIB	0,86	-0,10	-0,37	1,00	-0,37	0,55
Gasto em habitação em relação ao PIB	-0,38	-0,34	-0,14	-0,37	1,00	-0,58
Gasto total em relação ao PIB	0,65	0,10	-0,02	0,55	-0,58	1,00

Tabela 3: Correlação entre as variáveis

	Gasto social total	Gasto total com educação	Gasto total com saúde	Gasto total com seguridade social	Gasto total com habitação	Total de outros gastos
Gasto social total	1,00	0,59	0,47	0,95	-0,15	0,66
Gasto total com educação	0,59	1,00	0,80	0,40	-0,38	0,36
Gasto total com saúde	0,47	0,80	1,00	0,20	-0,10	0,26
Gasto total com seguridade social	0,95	0,40	0,20	1,00	-0,19	0,62
Gasto total com habitação	-0,15	-0,38	-0,10	-0,19	1,00	-0,52
Total de outros gastos	0,66	0,36	0,26	0,62	-0,52	1,00

Tabela 4: Correlação entre as variáveis

	Abertura financeira	Trade sobre PIB	Democracia	Desemprego	Expotações	Importações	Concentração das exportações	Investimentos Diretos Estrangeiros
Abertura financeira	1,00	0,09	-0,07	-0,15	0,28	-0,17	0,08	-0,76
Trade sobre PIB	0,09	1,00	-0,50	0,00	0,67	0,63	0,05	0,18
Democracia	-0,07	-0,50	1,00	-0,03	-0,29	-0,36	-0,74	-0,13
Desemprego	-0,15	0,00	-0,03	1,00	0,05	-0,06	-0,02	-0,09
Expotações	0,28	0,67	-0,29	0,05	1,00	-0,15	0,14	-0,25
Importações	-0,17	0,63	-0,36	-0,06	-0,15	1,00	-0,07	0,50
Concentração das exportações	0,08	0,05	-0,74	-0,02	0,14	-0,07	1,00	-0,02
Investimentos Diretos Estrangeiros	-0,76	0,18	-0,13	-0,09	-0,25	0,50	-0,02	1,00

9. Bibliografia:

- AVELINO, George, BROWN, David S. e HUNTER, Wendy (2002).** Democracy, Social Spending, and the Two Logics of Globalization in Latin America, 1980 – 1999.
- BLANCHARD, Olivier J. (2001).** Macroeconomia: Teoria e Política Econômica. Rio de Janeiro. Editora Campus, 2001.
- GARRET, Geoffrey e LANGE, Peter (1996).** Internationalization, Institutions and Political Change. In: *KEOHANE, Robert and MILNER, Helen, "Internationalization, and Domestic Politics". Cambridge. Cambridge University Press.*
- HAUSMANN, Ricardo (1998).** A volatilidade matará a democracia de mercado? *Revista Brasileira de Comércio Exterior, n°54 – janeiro/março de 1998.*
- KAUFMAN, Robert R. e SEGURA-UBIERGO, Alex (2001).** Globalização, Política Interna e Gasto Social na América Latina: Uma Análise de Corte Transversal com Série Temporal, 1973 – 1997. *Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, volume 44, n° 3, 2001.*
- KEOHANE, Robert O. e MILNER, Helen (1996).** Internationalization and Domestic Politics: An Introduction. *Internationalization, and Domestic Politics, Cambridge: Cambridge University Press.*
- LEON, Arturo (2000).** Gasto Público en Servicios Sociales en América Latina y el Caribe. Santiago: Ed. Cepal, 2000. p. 17 – 57 e 169 – 233.
- OLIVEIRA, Fabrício Augusto de (1999).** Evolução, Determinantes e Dinâmica do Gasto Social no Brasil: 1980 – 1996. *Texto para discussão n° 649.* Ipea. Brasília, junho de 1999.
- QUINN, Dennis (1997).** The Correlates of Change in International Financial Regulation. *American Political Science Review, vol. 91, n° 3 – setembro de 1997.*

- RODRIK, Dani (1998).** Why Do More Open Economies Have Bigger Governments? *The Journal of Political Economy* – outubro de 1998.
- RODRIK, Dani (1998).** Senso e contra-senso no debate da Globalização. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, n°54 – janeiro/março de 1998.
- RODRIK, Dani (1999).** Where Did All the Growth Go? External Shocks, Social Conflict and Growth Collapses.
- RODRIK, Dani (2000).** How Far Will International Economic Growth Go?
- RODRIK, Dani (2000).** Governando a economia global: um estilo arquitetônico para todos? *Novos Estudos*, n°58 – novembro de 2000.
- RODRIK, Dani (2001).** Four Simple Principles of Democratic Governance of Globalization.
- ROGOWSKI, Ronald e FRIEDEN, Jeffry (1996).** The Impact of International Economy on Domestic Politics. In *Internationalization, and Domestic Politics*, Cambridge: Cambridge University Press.
- SOUZA, César (1998).** Globalização ou Globofobia? *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, n°54 – janeiro/março de 1998.
- SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de (1999).** A Transposição de Teorias Sobre a Institucionalização do *Welfare State* para o caso dos Países Subdesenvolvidos. *Texto para discussão n° 695*. Ipea. Brasília, dezembro de 1999.
- SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de (2001).** A Trajetória do *Welfare State* no Brasil: Papel Redistributivo das Políticas Sociais dos Anos 1930 a 1990. *Texto para discussão n° 852*. Ipea. Brasília, dezembro de 2001.